




Observatório da Oposição

2025

31 DE MARÇO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 83



Pressão para que Vale compre mineradora endividada é novo capítulo do intervencionismo petista

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

SENADOR
ROGÉRIO
MARINHO

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, SEN. TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221





SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Página

Pressão para que Vale compre mineradora endividada é novo capítulo do intervencionismo petista

01

Correios selecionam agências com passado controverso para gestão de publicidade de R\$ 380 milhões

04

TCU identifica indícios de direcionamento em licitação da Petrobras

08

2

EDUCAÇÃO

O descompromisso do governo Lula com a alfabetização e a reiterada prática da falta de transparência com os dados públicos

10

3

MEIO AMBIENTE

Em audiência, Sonia Guajajara não esclarece irregularidades e expõe fragilidade do MPI

13

4

AGRO

Plano Safra 2025: Falta de recursos prejudica crédito e seguro rural, repetindo erros do passado

17

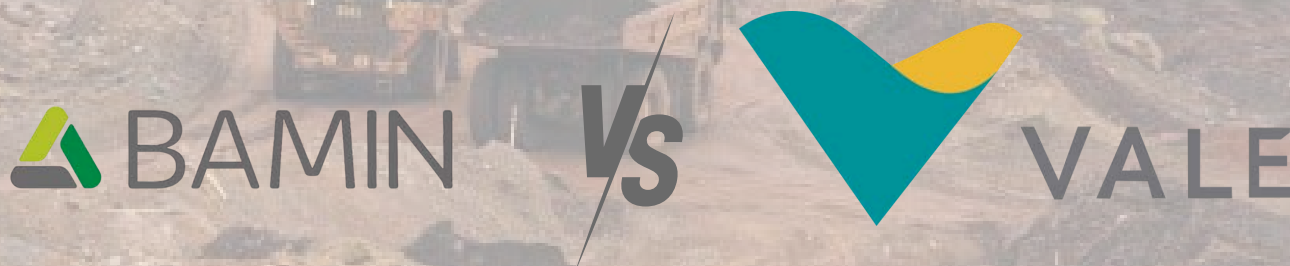
1 TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Pressão para que Vale compre mineradora endividada é novo capítulo do intervencionismo petista

A tentativa do governo federal de facilitar a venda da Bamin para a Vale, uma empresa com problemas financeiros crônicos, levanta questões sobre a interferência estatal nas decisões empresariais e os potenciais impactos na autonomia e eficiência da mineradora.

Análise

- A Bamin, controlada pelo Eurasian Resources Group, atua na extração de minério de ferro e logística na Bahia, enfrentando **um alto endividamento de R\$ 2,5 bilhões**, com 94% desse montante composto por empréstimos, além de ter registrado um prejuízo de R\$ 30,9 milhões em 2023.



- A empresa detém a concessão da Fiol 1, trecho inicial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, o Porto Sul em Ilhéus, e opera a jazida Pedra de Ferro, que iniciou sua produção comercial em 2021, com exportações para Roterdã, na Holanda. Sua concessão da Fiol 1 visa conectar o interior da Bahia ao Porto Sul, facilitando o escoamento do minério de ferro. Contudo, a operação enfrenta atrasos, agravando ainda mais sua situação financeira.
- A britânica Brazil Iron também apresentou [uma proposta de cerca de US\\$ 1 bilhão \(aproximadamente R\\$ 5 bilhões\)](#) pela compra da empresa. Todavia, há uma pressão do governo para que a [Vale faça a aquisição da empresa, em consórcio com o BNDES](#), com investimentos estimados em R\$ 30 bilhões.
- O movimento do governo, agora com o patrocínio dos [ministros Alexandre Silveira e Rui Costa](#), retoma a crônica interferência política do governo Lula em empresas privadas, ignorando a autonomia da Vale, privatizada em 1997.
- Dentre as tentativas perpetradas anteriormente pelo governo, destacamos a [nomeação frustrada de Guido Mantega](#) para a presidência da mineradora, medida que foi rechaçada diversas vezes pelos investidores da companhia.
- Entendemos que a atuação do governo deveria se restringir a garantir um ambiente estável e previsível para os negócios, sem interferir nas decisões estratégicas de empresas privadas. Em especial, quando isso implica em um comprometimento bilionário de recursos de particulares.
- O açodamento do governo talvez se justifique ao lembrarmos que a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) foi anunciada como a [primeira obra do Novo PAC](#). Na ocasião, o presidente Lula e o ministro Rui Costa comprometeram-se a concluir a ferrovia até 2027.



*"Eu quero fazer um pedido aos empresários: vocês têm que entregar a ferrovia antes do dia 31 de dezembro de 2026. Façam um pouco de hora extra, trabalhem no final de semana, se for necessário, para que a gente possa inaugurar logo. **Senão, a gente corre o risco de uma outra 'coisa ruim' voltar nesse país, e ela [FIOL] ficar parada outra vez, então vamos tratar de inaugurar logo essa obra**".*

[Lula](#).

“O presidente Lula determinou que esse projeto volte a ser priorizado e estará no Novo Plano de Investimentos do governo federal que vamos lançar agora em julho, o Novo PAC”.

Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil.



- No entanto, assim como **outras obras dos programas com o selo PAC**, parece que a entrega da Fiol ficará para futuros governos mais comprometidos com planejamento e entregas.



Correios selecionam agências com passado controverso para gestão de publicidade de R\$ 380 milhões

As agências pré-selecionadas pela estatal têm vínculos diretos ou indiretos com indivíduos envolvidos em escândalos políticos e serão responsáveis pela gestão de um contrato de R\$ 380 milhões, enquanto a própria estatal enfrenta dificuldades para cumprir contratos essenciais, como os de logística.

Análise

- Em um momento de fragilidade financeira histórica, com um prejuízo acumulado de R\$ 3,2 bilhões apenas em 2024, os Correios seguem o malfadado caminho das estatais brasileiras sob governos petistas: a contratação de empresas que trazem [ligações diretas e indiretas com responsáveis por escândalos políticos e episódios públicos de corrupção](#).



- No caso em questão, a licitação dos Correios prevê um gasto de R\$ 380 milhões por ano com publicidade. Ao verificarmos que das quatro agências classificadas, três têm relação direta ou indireta com figuras envolvidas em esquemas de corrupção emblemáticos, como o Mensalão.
- **Cálix Comunicação:** a Cálix Comunicação é liderada por Marcello Oliveira Lopes, conhecido como "Marcellão", ex-assessor do ex-governador petista Agnelo Queiroz. Lopes foi citado pela Polícia Federal em 2012 por envolvimento em interceptações ilegais de e-mails de adversários políticos e por [colaboração com Idalberto Matias, conhecido como "Dadá", associado ao grupo de Carlinhos Cachoeira](#)¹. A agência mantém contratos com o Ministério de Desenvolvimento Regional, Banco de Brasília e Ministério dos Transportes, totalizando R\$ 116 milhões.
- **Filadélfia Comunicação:** a Filadélfia Comunicação pertence a [Érica Fantini Santos, enteada de José Roberto Moreira de Melo, ex-sócio de Marcos Valério](#), envolvido no escândalo do Mensalão durante o governo anterior de Lula. Moreira de Melo foi condenado por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. A Filadélfia assinou um contrato com o Ministério das Comunicações no valor de R\$ 13,97 milhões em 2024.
- **Puxe Comunicação:** a Puxe Comunicação é de Francisco Diniz Borges Simas, filho de [Cláudio Diniz Simas, condenado por improbidade administrativa em 1999, em um caso envolvendo o ex-prefeito petista David Capistrano \(PT\)](#). Francisco Simas defende que seu pai não é sócio da empresa, mas que o ajuda com sua experiência.
- **Ainda que nenhuma dessas ligações configure impedimento legal, é impossível ignorar o desconforto ético e simbólico de destinar centenas de milhões de reais a grupos vinculados a escândalos de corrupção** envolvendo o PT e seus aliados políticos.
- Soma-se a isso o fato de que as empresas selecionadas não estão entre as maiores do setor no país, [conforme ranking setorial](#), o que é relevante, considerando que quatro das principais agências nacionais foram eliminadas no mesmo certame.

¹ Carlinhos Cachoeira foi um condenado por corrupção, lavagem de dinheiro e exploração de jogos ilegais, sendo envolvido em esquemas criminosos com políticos e figuras do governo, revelados pela [CPMI do Cachoeira](#).

- Nesse contexto, convém ainda mencionar que os demais concorrentes têm apresentado queixas graves sobre os procedimentos realizados na seleção, os quais comprometeriam a higidez do julgamento, dando azo a uma análise pormenorizada dos órgãos de controle sobre o possível direcionamento do processo competitivo.
- Por exemplo, em [recurso apresentado](#) à comissão de licitação, observa-se um possível favorecimento oferecido às agências Filadélfia Comunicação, Puxe Comunicação e Cálix Comunicação:

“[...] Outras licitantes que, de fato, não contextualizaram o desafio de comunicação não sofreram nenhuma redução de pontuação por isso. Um exemplo é a Puxe, que apenas reescreveu o desafio e os objetivos do briefing, sem apresentar qualquer reflexão ou entendimento exclusivo sobre esses pontos, e ainda assim obteve nota 4, conforme pode ser constatado a seguir.

[...] Por fim, a Recorrente abordou um dos principais pontos do briefing de forma consistente no seu texto: o distanciamento da população mais jovem dos Correios, o que também não foi constatado nas propostas das outras licitantes, como a Puxe e a Filadélfia.

[...] Ademais, a D. Subcomissão também considerou que a Recorrente não apresentou os extratos da pesquisa encomendada na defesa do seu conceito. Contudo, a D. Subcomissão não fez nenhum questionamento em relação a licitante Cálix, que também utilizou uma pesquisa para justificar a assertividade do seu conceito”.

- Nesse contexto, convém ainda mencionar que os demais concorrentes têm apresentado queixas graves sobre os procedimentos realizados na seleção, os quais comprometeriam a higidez do julgamento, dando azo a uma análise pormenorizada dos órgãos de controle sobre o possível direcionamento do processo competitivo.
- Por exemplo, em [recurso apresentado](#) à comissão de licitação, observa-se um possível favorecimento oferecido às agências Filadélfia Comunicação, Puxe Comunicação e Cálix Comunicação:

- Diante desse cenário, a alternativa mais prudente seria a suspensão imediata do processo licitatório para apuração dos fatos pelas autoridades de controle ou ainda a adoção de uma política de comunicação mais conservadora e econômica, nos moldes do que foi praticado durante o governo Jair Bolsonaro.
- Por fim, consideramos adequada a reflexão sobre o destino desses recursos para a reestruturação financeira da estatal, que enfrenta [dificuldades para cumprir até mesmo os contratos essenciais, como os de logística, conforme apontado pelo Ministério Público](#). Tal medida é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.



TCU identifica indícios de direcionamento em licitação da Petrobras

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou indícios de irregularidades em licitações da Petrobras, que somam R\$ 16,5 bilhões, destinadas à contratação de embarcações.

Análise

- Conforme [apuração da colunista Malu Gaspar](#), o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou indícios de direcionamento e irregularidades em quatro licitações da Petrobras, totalizando R\$ 16,5 bilhões, para a contratação de embarcações de alto-mar. Caso as suspeitas se confirmem, os processos podem ser cancelados.
- A denúncia foi originada pela Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, Transporte e Logística, que apontou que as empresas Bram Offshore e Starnav, as maiores do setor, foram favorecidas em diversas licitações. Ambas detêm 55% da frota utilizada pela Petrobras para a contenção de derramamentos de óleo no mar.



PETROBRAS



- Entre os itens que podem levar ao cancelamento das licitações, destacam-se os seguintes pontos:

- **Direcionamento de Licitações:** a primeira licitação, aberta em abril de 2024 para o afretamento de cinco navios, resultou na desclassificação da empresa Bram, devido à apresentação de uma proposta com planilha de diárias desatualizada. No entanto, no mesmo dia da eliminação, a Petrobras anunciou que não analisaria as propostas do segundo lote, surpreendendo os concorrentes, já que algumas ofertas estavam abaixo das diárias praticadas no período. Estranhamente, 16 dias após a eliminação da Bram e enquanto a primeira licitação ainda estava em andamento, a Petrobras abriu uma segunda concorrência para contratar mais quatro embarcações, com entrega prevista para a mesma data das da licitação anterior. O parecer técnico do TCU aponta que as especificações da nova licitação eram “idênticas” às da anterior, na qual a Bram havia sido desclassificada, criando uma espécie de “segunda chance” que a empresa soube aproveitar com sucesso.
- **Limitação da Concorrência:** a Logística Brasil [argumenta que os critérios que beneficiaram a Bram e a Starnav](#) foram introduzidos no decorrer do processo licitatório, pouco antes da entrega das propostas. Tais critérios favoreceram empresas com estaleiros próprios, restringindo a participação de concorrentes que dependem de terceirização para a construção das embarcações.
- O parecer do Tribunal de Contas da União alerta a Petrobras sobre a possibilidade de concessão de medida cautelar para suspender o ato ou procedimento impugnado, caso sejam comprovados os indícios de violação das normas legais ou risco de prejuízo à administração. Após a manifestação dos técnicos, a Petrobras respondeu aos questionamentos do TCU, mas o conteúdo permanece sob sigilo.



2 EDUCAÇÃO

O descompromisso do governo Lula com a alfabetização e a reiterada prática da falta de transparência com os dados públicos

Pelo segundo ano consecutivo, o governo decidiu não divulgar os dados da alfabetização infantil brasileira. Os dados são da última edição do Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica, de 2023, que contempla as provas de português e matemática e que compõem o Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

As razões apresentadas pelo Inep, vinculado ao Ministério da Educação, ao que parece, vão na mesma linha de outras situações que possam apontar inconsistências da gestão de Lula, como no caso da saúde dos Yanomamis, que os dados demonstraram aumento no número de óbitos naquele território, levando o ministério a deixar de divulgar boletins informativos de periodicidade mensal.



Segundo apurou a reportagem de Paulo Saldaña e João Gabriel do jornal Folha de São Paulo, o órgão justificou a ausência do recorte dos dados da alfabetização infantil, originários de avaliações aplicadas com recursos do erário, **frente a necessidade de “qualificar a análise dos dados,”** para sua melhor compreensão.

A aplicação das provas do Saeb em 2023 custou aos cofres públicos R\$121,7 milhões. E seu resultado que deveria servir de parâmetro de estudos e de definição de ajustes na política são guardados pelo governo.

Inclusive, a edição do Saeb 2023 foi divulgada sem metas, sob a justificativa de apresentar novo modelo que pudesse sanar defasagens na avaliação do sistema e falhas no Ideb. O mesmo deve ocorrer neste ano. Frente a mora do Ministério da Educação em definir novos parâmetros, a edição 2025 também deve ocorrer sem metas previstas.

O Saeb, considerado importante instrumento técnico de avaliação educacional, ocorre a cada dois anos e permite comparar dados entre escolas e municípios, além de refletir a alfabetização de crianças com cerca de sete anos de idade. Enquanto o Ideb, além de refletir o desempenho dos alunos no Saeb, leva em consideração a taxa de aprovação escolar.

Em meados de 2023, o governo Lula lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, se propondo a realizar uma nova política de alfabetização brasileira, visando promover a alfabetização de todas as crianças do país. Camilo Santana, ministro da educação, chegou a anunciar investimentos na ordem de R\$1 bilhão, em 2023, e de mais R\$2 bilhões nos três anos seguintes.

Ao lançar o Compromisso, o ministro chegou a prometer a realização de provas censitárias para estudantes do 2º ano, colhendo assim dados por escola, e não de forma amostral como feito no Saeb. No entanto, a proposta não foi implementada.

O governo chegou a divulgar o resultado de avaliações feitas pelas redes estaduais de educação em 2023, com tratamento de dados pelo Inep, em maio de 2024. **Tentando, na ocasião, atrelar a melhoria dos dados coletados pelos estados e municípios ao Compromisso Criança Alfabetizada, cujo investimento anunciado sequer havia chegado aos demais entes federados até novembro daquele ano.** Fechando o exercício de 2023 com cerca de 45% da dotação orçamentária prevista para aquele ano. Apenas R\$318,7 milhões pagos.

A realidade nos mostra que a implementação de políticas voltadas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos precisam dar certo. Cerca de 9,3 milhões de brasileiros são analfabetos, segundo dados da Pnad/IBGE 2023. Esse novo “modelo de sigilo”, imposto pelo governo por discordar dos dados pode nos levar a um período de apagão de informações relevantes que podem melhorar esse quadro.

A equipe do Inep/MEC parece ter esquecido do básico, quando se trata da divulgação de dados. Estes devem ser apresentados sempre em conjunto com a sua metodologia empregada e, se necessário, suas ressalvas. Divergências não deveriam ser utilizadas como justificativa para a omissão de dados de natureza pública.



3

MEIO AMBIENTE

Em audiência, Sonia Guajajara não esclarece irregularidades e expõe fragilidade do MPI

A gestão do governo federal na área indígena revela um preocupante padrão de improviso, ideologização e falta de transparência. A ministra Sonia Guajajara expôs a fragilidade institucional do ministério ao não esclarecer irregularidades graves, como acordos sem base legal, contratos milionários sem licitação e violações à legislação ambiental e aos direitos indígenas.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, passou por momentos difíceis em [audiência pública](#) no Senado Federal para explicar supostas irregularidades em um controverso protocolo de intenções firmado com a empresa Ambipar. Pressionada pelos parlamentares, a ministra deu respostas evasivas, contraditórias, e não conseguiu esclarecer questionamentos essenciais levantados pelos senadores, que citaram graves violações de transparência e legalidade na atuação do Ministério.



Acordo com Ambipar: Governo anunciou protocolo inexistente e negou acesso à informação pública

A Secretaria de Comunicação da Presidência havia **anunciado oficialmente**, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos (24 de janeiro de 2025), um acordo entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a empresa Ambipar. Entretanto, em resposta oficial ao pedido de acesso à informação feito pelo Senado, o MPI **reconheceu**, quase dois meses depois, que o protocolo de intenções **jamais foi formalizado juridicamente**, sendo, portanto, inexistente até aquele momento. Pior: sob alegação de estar inconcluso, o ministério negou acesso ao documento, violando gravemente a Lei de Acesso à Informação (LAI) e gerando desconfiança sobre a transparência do governo federal.

*“O **acordo firmado** pelo MPI com a empresa Ambipar durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, trata de um compromisso preliminar estabelecido por meio de um Protocolo de Intenções.”*

Secom, 27/01/2025.

A situação ficou ainda mais crítica quando senadores questionaram que o protocolo previa ações em aproximadamente 1 milhão de km², ou cerca de **14% do território brasileiro**. A ministra tentou minimizar o problema, afirmando que não havia um plano de trabalho definido, o que **contradiz** a própria divulgação feita anteriormente por sua pasta.



*“Quando você assina um protocolo de intenções, quer dizer que há ali um interesse, **uma vontade**, mas os planos de ações, o plano de trabalho e os procedimentos legais vêm posteriormente”, reconheceu Sonia Guajajara.*

Ausência de consulta prévia: violação da Convenção 169 da OIT

Os senadores também apontaram que o protocolo de intenções com a Ambipar desrespeitou a **Convenção nº 169 da OIT**, que obriga **consultas prévias, livres e informadas às comunidades indígenas afetadas**. A ausência dessa consulta foi confirmada pela própria ministra Guajajara, expondo o governo a riscos jurídicos significativos e evidenciando uma

violação clara aos direitos indígenas garantidos por convenção internacional ratificada pelo Brasil.

Favorecimento suspeito e dispensa de licitação reiterada com a Ambipar

Outro ponto grave exposto na audiência foi o fato de que a Ambipar já havia sido beneficiada anteriormente com contratos milionários (totalizando **R\$ 185 milhões** com o MPI e mais de **R\$ 564 milhões** com o governo federal durante os dois primeiros anos da gestão Lula), firmados sem licitação. A Ambipar já havia sido multada em mais de **R\$ 22 milhões** pelo Ibama por falhas graves no monitoramento ambiental, inclusive negligência e mortalidade elevada de animais em contrato anterior com a Petrobras. Ainda assim, o MPI escolheu novamente a empresa para uma ação semelhante de monitoramento de sustentabilidade em terras indígenas, sem esclarecer adequadamente os critérios da escolha.

Licenciamento ambiental: MPI acusado de restringir indígenas por visão ideológica

Senadores criticaram duramente a **revogação** feita pelo governo Lula da norma anterior que estabelecia os procedimentos para o **licenciamento ambiental para atividades agrícolas realizadas pelos próprios indígenas**. Comunidades como os Pareci, Nambikwara e Manoki vêm praticando agricultura sustentável há quase duas décadas em Mato Grosso, gerando renda, autonomia e empregos — inclusive com 95% da mão de obra formada por indígenas, em apenas 2% de seu território utilizado para a atividade de produção.

No entanto, A [IN Conjunta \(FUNAI/IBAMA\) nº 3/2023](#) do governo Lula revogou a [IN Conjunta \(FUNAI/IBAMA\) nº 1/2021](#) do governo Bolsonaro, que previa o licenciamento ambiental para atividades desenvolvidas pelos próprios indígenas em suas terras, conforme estabelecido por lei.

Sonia Guajajara não apresentou explicações convincentes sobre essa revogação, que restringiu o acesso dessas comunidades indígenas ao crédito rural e as deixou expostas a multas do Ibama, revelando uma postura descrita pelos senadores como uma "*tutela ideológica*" que impede o desenvolvimento econômico autônomo dessas populações.

“O governo está deliberadamente impondo uma visão ideológica, prejudicando os indígenas que querem produzir e prosperar”, afirmou sen. Rogério Marinho.



Crise Yanomami: Ministra admite erro, mas oculta dados após aumento alarmante de mortes e casos de malária

A ministra Sonia Guajajara foi duramente confrontada pelos senadores, especialmente por Damares Alves, Dr. Hiran e Rogério Marinho, sobre a falta de transparência e o alarmante crescimento de mortes e casos de malária na Terra Indígena Yanomami. O Ministério dos Povos Indígenas, que anteriormente acusava o governo Bolsonaro de genocídio, agora enfrenta acusações semelhantes, diante do agravamento da crise humanitária sob sua gestão.

Após **aumento de 6% no número de mortes** (363 óbitos em 2023 sob Lula, maior que em 2022 sob Bolsonaro) e mais que o dobro de casos de malária, o governo federal optou por **interromper a divulgação** frequente desses dados, passando de atualizações diárias para semestrais. Essa mudança ocorreu logo após a ministra Sonia Guajajara admitir publicamente que o governo Lula havia subestimado a crise Yanomami e não a resolveu adequadamente, o que levou senadores a denunciar uma tentativa explícita de ocultação de informações para evitar desgaste político.

"A falta de transparência está prejudicando o controle social, e o governo parece esconder informações para evitar desgaste político", denunciou sen. Damares Alves.



Avaliação dos senadores

Para o senador Rogério Marinho, autor do requerimento de convocação, a ministra demonstrou inconsistência nas explicações e trouxe poucos esclarecimentos efetivos aos senadores. Marinho classificou o episódio como uma "imprudência grave" e afirmou que "o ministério precisa ter mais responsabilidade ao lidar com temas que envolvem diretamente o Parlamento e os povos indígenas".

Ficou claro que Sonia Guajajara deixou o Senado sem esclarecer plenamente os pontos críticos relacionados ao protocolo com a Ambipar.

Ao final, o clima da audiência evidenciou que a Ministra Sonia Guajajara enfrentará um árduo caminho para recuperar a credibilidade e a confiança após as controvérsias levantadas nesta sessão parlamentar.

4

AGRO

LOA 2025: Falta de recursos prejudica crédito e seguro rural, repetindo erros do passado

O governo repete os mesmos erros do passado ao aprovar um orçamento insuficiente para o crédito e o seguro rural. A falta de planejamento e a negligência com o setor que sustenta a economia brasileira mostram o descompromisso da atual gestão com a segurança alimentar e a estabilidade do campo.

O recente orçamento aprovado para o Plano Safra 2025/26 vem gerando preocupação no setor agropecuário brasileiro. A Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou **R\$ 15 bilhões** para a subvenção ao crédito rural, valor que, segundo estimativas, está **abaixo do necessário em pelo menos R\$ 1,6 bilhão**. Essa insuficiência pode comprometer seriamente os investimentos no campo, especialmente diante do **aumento da taxa Selic**, que eleva o custo dos financiamentos e exige maior equalização de juros pelo governo.



A importância da equalização ficou evidente na última safra (2024/25), quando o governo enfrentou dificuldades em cumprir as metas do Plano Safra devido à alta da taxa básica de juros. Até fevereiro de 2025, as liberações das linhas tradicionais de financiamento totalizaram R\$ 251,4 bilhões, **18% abaixo do mesmo período da safra anterior**. Esse cenário levou à suspensão temporária das contratações das linhas subvencionadas, revelando uma fragilidade preocupante na política agrícola do governo.

Outro ponto sensível é a situação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Para 2025, o orçamento previsto é de **apenas R\$ 1,06 bilhão**, muito aquém das necessidades reais dos produtores rurais, estimadas em **R\$ 4 bilhões**. Sem recursos suficientes, agricultores ficam expostos a riscos financeiros elevados diante de adversidades climáticas e volatilidades do mercado, o que pode desestimular novos investimentos e comprometer a produção nacional.

Adicionalmente, observa-se uma tendência alarmante de cortes em programas fundamentais para a segurança financeira dos produtores. No final de 2024, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) sofreu uma redução de quase **R\$ 130 milhões** em seu orçamento, afetando diretamente cerca de **10 mil apólices** já contratadas. Tais cortes fragilizam a proteção dos agricultores contra adversidades climáticas e oscilações de mercado, aumentando a vulnerabilidade do setor.

O governo federal precisa rever suas prioridades orçamentárias, destinando recursos adequados tanto para o crédito rural quanto para o seguro rural. Do contrário, a produtividade e a segurança alimentar do país estarão ameaçadas, colocando em risco o futuro econômico e social do setor agropecuário brasileiro.

